



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



ESCÂNDALO
BPN



FÁBRICA ■ INVESTIMENTO ASCENDEU A 55,2 MILHÕES DE EUROS



■ Empresa detida por Fundo do BPN foi alvo de uma nacionalização indirecta na sequência da intervenção do Estado para salvar o banco da falência e, por via disso, os depósitos

Cerâmica do BPN **nacio**



● ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

Anacionalização do BPN traduziu-se também na nacionalização indirecta da Labicer, uma empresa de cerâmica do Grupo BPN sediada perto de Aveiro. Com um investimento de 55,2 milhões de euros, a fábrica foi considerada Projecto de Interesse Nacional (PIN) em 2005 e teve um apoio público de 9,16 milhões.

O relatório de sustentabilidade

Cadilhe analisou Labicer

do Grupo BPN de 2007 é categórico: "O BPN apoia este projecto não só do ponto de vista creditício mas também como principal no capital da empresa, através da BPN Fundos Valorização Patrimonial, que detém cerca de 64 por cento do capital social da Labicer, SA." Fonte conhecedora do processo recorda: "Ele [Oliveira e Costa] dizia que a Labicer era uma coisa infalível, a última tecnologia italiana - e aquilo é um grande buraco financeiro." E outra fonte precisa que "em 2003, muito antes do PIN, já lá estavam 30 milhões de euros." A actual administração da empresa diz apenas que, "de momento, não há nada a dizer."

Ao que o CM apurou, o "buraco financeiro" da Labicer resultou do insucesso da empresa em conseguir colocar a produção no mercado externo, sobretudo países árabes como

Dubai e Emirados Árabes Unidos. Para estes países, a meta era exportar mosaicos embutidos com serigrafias em ouro, platina, cobre, cristal e até pedras preciosas. O agente para abrir a porta desses mercados era, segundo fonte conhecedora, o empresário libanês Abdul Rahman El-Assir, acionista das empresas tecnológicas adquiridas em Porto Rico.

Certo é que a 30 de Abril de 2005 o Governo considerou a Labicer PIN. Miguel Cadilhe, líder da SLN, era então presidente da Associação Portuguesa para o Investimento

Pretendia-se exportar mosaicos com ouro e platina

(API), que analisou as candidaturas PIN. Ontem, o CM tentou falar com Cadilhe, mas não foi possível. O Ministério das Finanças diz que "tais nacionalizações indirectas são uma mera consequência da nacionalização, não tendo constituído qualquer motivo ou causa da mesma". ■

LABICER À LUPA

: 33,3
milhões de euros foi o montante do investimento produtivo indicado na candidatura aprovada como Projecto de Interesse Nacional (PIN) em 2005.

: 9,16
milhões de euros foi o montante do apoio do Estado através do FEDER. Caso os objectivos fossem cumpridos, seria dado mais um apoio de valor igual.

: 12,8
milhões de euros foram os suprimentos (créditos) da BPN Gestão de Activos Valorização Patrimonial à Labicer até 2006.

: 106
era o número de postos de trabalho a ser criados pela construção da fábrica, segundo refere a candidatura aprovada como Projecto PIN.

O parceiro de Oliveira e Costa

● A Labicer, que ainda em 2004 estava a ser construída pela Somague, é um projecto da autoria de duas pessoas: Telmo Reis, empresário de Bustos que em Setembro de 2004 se assumiu como

a "mãe" do projecto, e Oliveira e Costa, ex-presidente do Grupo BPN, apontado pelo próprio Telmo Reis como "pai" da fábrica.

Com mais de 50 anos, Telmo Reis, segundo o CM apurou, co-



nhecia o investidor das novas tecnologias aplicáveis na cerâmica e convenceu Oliveira e Costa a avançar com o projecto. Em troca, o BPN financiou o projecto e Telmo Reis, grande fã da Ferrari, terá ficado com uma quota de dez por cento do capital. ■ A.S.A.

PROCESSO | BANCO DE PORTUGAL

Os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios admitem processar o Banco de Portugal por falta de supervisão no caso BPN. Segundo fonte oficial, o caso está a ser estudado



CADILHE | PLANO APROVADO

Os accionistas da SLN aprovaram o plano estratégico, apresentado pela administração liderada por Miguel Cadilhe, que passa por centrar a actividade do grupo no negócio da saúde

LABICER | PARTICIPAÇÃO

Para além da empresa cerâmica, fazem parte da Labicer a Quimiceram e a Valorceram, que lida com gestão de resíduos. O BPN tem participações em ambas

Firma dirigida para inovação de produtos

● A candidatura da Labicer – Laboratório Industrial Cerâmico a PIN baseou-se na “criação de uma unidade de produção de pavimentos e revestimentos através de dois sistemas inovadores”. A aprovação diz que “este projecto intervém sobretudo na área operacional e produtiva, estando a maioria dos investimentos relacionada com a aquisição de máquinas e equipamentos necessários à laboração da empresa e ao lançamento dos produtos no mercado: keramoteca e vitrakem”. A Labicer.com, que geria a parte comercial, estava sediada em Sassuolo, sede da Ferrari, em Itália. ■



Zona Industrial de Bustos

A Labicer está instalada na zona Industrial de Bustos, vila situada a sul de Aveiro. Em concreto, esta zona é uma região rica em bairro e onde estão instaladas várias cerâmicas.

Ex-gestores esconderam buraco de 950 milhões de euros na SLN

■ As auditorias realizadas às contas do Banco Português de Negócios (BPN) descobriram que os antigos gestores ocultaram perdas de 950 milhões de euros. A revelação foi feita na assembleia geral da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), holding que detinha o BPN, perante os accionistas que ponderaram processar criminalmente Oliveira e Costa e outros gestores por “actos ilícitos danosos”.

O buraco deixado refere-se a perdas e imparidades de 200 milhões de euros na área não-financeira e mais 740 milhões no BPN e suas subsidiárias, onde se inclui o Banco Insular de Cabo Verde. Com esta revelação, tornava-se cada vez mais provável a aprovação do oitavo ponto a ser discutido na assembleia, que propunha avançar com processos-crime contra anti-



Accionistas querem processar Oliveira e Costa

Assembleia geral prolongou-se pela noite de ontem

gos administradores que sejam considerados “responsáveis por omissões ou actos ilícitos danosos”. Até ao fecho desta edição os accionistas ainda não tinham tomado a decisão final.

Antes do início da assembleia

vários accionistas lamentaram a situação em que a SLN e BPN se encontram. “Perdi tudo, são muitos anos de trabalho que foram ao ar”, afirma um empresário de Leiria. As culpas, refere, são dos “vigaristas: Oliveira e Costa”. ■ P.H.G.

nalizada



Para o Executivo de Sócrates estes projectos estimulam a economia

Governo tem apostado em projectos PIN para Portugal

● O Governo de Sócrates tem destacado a importância dos projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN) para o desenvolvimento da economia. Estes projectos têm de obedecer a uma série de requisitos, o mais relevante dos quais prendendo-se com a criação ou qualificação de emprego. Os projectos PIN gozam de um acompanha-

mento de proximidade no qual o Estado promove a superação dos bloqueios administrativos e promete uma resposta célere, nomeadamente em matéria de licenciamento e acesso a incentivos financeiros e fiscais. As iniciativas privadas de candidatura têm, obrigatoriamente, de ter um investimento superior a 25 milhões de euros. ■



Negócio. Em 2003 e 2004, o Estado patrocinou a cunhagem de cinco milhões de moedas comemorativas do Euro 2004, numa parceria feita com o BPN. Com a nacionalização, essas moedas foram dadas como garantia ao empréstimo da CGD. Agora, ninguém as quer e o seu destino parece estar traçado

40 MILHÕES EM MOEDAS DO BPN A CAMINHO DOS FORNOS

Banco público quer recuperar acordo Cadilhe/Constâncio

PEDRO FERREIRA ESTEVES

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem nos seus cofres quase 70 toneladas em moedas comemorativas do Euro 2004, dadas como garantia de um empréstimo de 200 milhões de euros disponibilizado ao Banco Português de Negócios (BPN). Um "presente" herdado da anterior administração do banco nacionalizado, liderada por José de Oliveira

Costa. Apesar dessa gigantesca coleção de quase cinco milhões de moedas estar avaliada em 40 milhões de euros, a verdade é que o seu real valor é de cerca de metade. Porque neste momento o destino das moedas parece ser a fundição, já que não há ninguém que queira as moedas que celebram a "festa", a "paixão" e o "desportivismo" no futebol. Mas mesmo essa solução não é assim tão simples, já que é preciso uma autorização legislativa.

O problema que a gestão de Francisco Bandeira - o vice-presidente da CGD que está a gerir o processo de nacionalização - tem em mãos é simples: nem

ninguém aceita as moedas porque o Banco de Portugal também não as quer. Numa sondagem feita pelo DN junto de vários bancos comerciais ficou a perceber-se que nenhuma das instituições quer as moedas, independentemente

da quantidade oferecida. Porquê? Porque o Banco de Portugal (BdP) também não as aceita. Uma realidade confirmada junto de várias delegações do supervisor da banca. Contactada, fonte oficial do BdP não esclareceu esta questão, sublinhando que não dispunha de dados para explicar a razão por que é que as moedas estavam a ser rejeitadas pelos bancos.

No entanto, o Decreto-Lei 275/2003 que enquadra a emissão destas moedas é claro: "As moedas cunhadas ao abrigo do presente diploma têm curso legal e poder liberatório apenas em Portugal, mas ninguém pode ser obrigado a receber num único pagamento mais de 50 destas moedas, excepto o Banco de Portugal, as instituições de crédito e as caixas do Estado." Ou seja, os bancos e o regulador são obrigados por lei a aceitar as moedas, em qualquer quantidade.

Acordo com Constâncio
O governador do BdP parece estar disposto a cumprir essa lei no que diz respeito aos cinco milhões de moedas que estão, agora, na posse da CGD,

contrariando a posição dos seus próprios funcionários e dos bancos que supervisiona. Antes da nacionalização, o então presidente do BPN, Miguel Cadilhe, anunciou um acordo com Vítor Constâncio no

sentido de fazer regressar ao BdP as cerca de 70 toneladas de moedas. Na apresentação do plano estratégico para o banco, em Setembro, Cadilhe chamou a esta colecção um "activo extrava-

Crise obriga BdP a cortar emissões

A crise financeira e económica obrigou o Banco de Portugal a reduzir, para o próximo ano, o número de emissões de moedas comemorativas. Para 2009, só estão programadas três emissões, uma redução face à habitual dezena que o regulador bancário costuma "apadrinhar" a cada ano. Segundo soube o DN, também os montantes pagos aos escultores destas moedas vão sofrer uma descida dos valores normalmente praticados.

3 perguntas a...

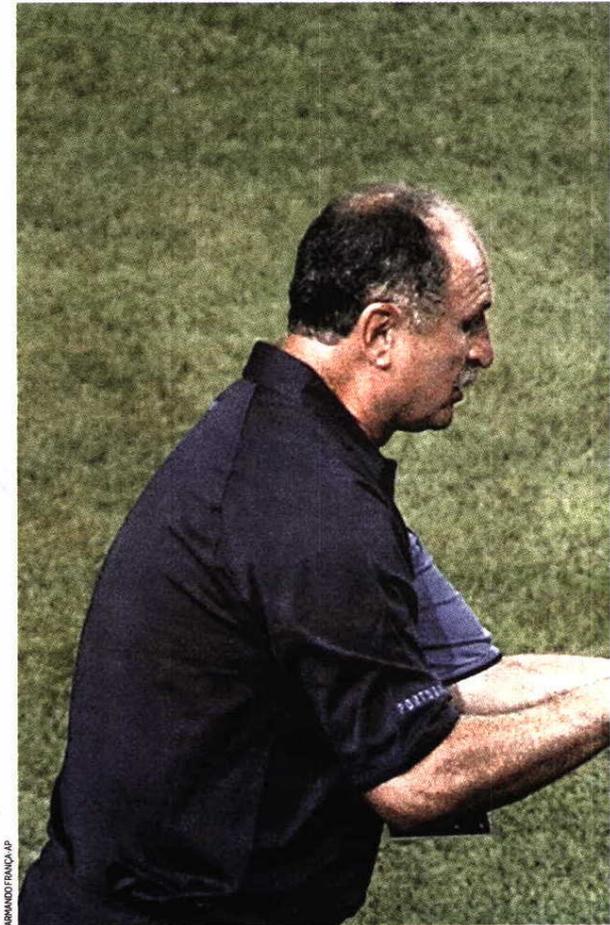
Joaquim Lobo

ESPECIALISTA EM NUMISMÁTICA DA FILATELIA DO CHIADO

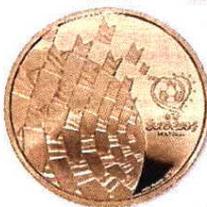
"É bizarro que ninguém aceite as moedas"

Como avalia a colecção de moedas comemorativas lançadas no âmbito do Euro 2004 realizado em Portugal?

Na altura do Campeonato Europeu de futebol havia algum interesse por essas moedas. O problema é que eles produziram em grande quantidade. A oferta foi excessiva. Agora, o mercado de colecionadores não dá muito valor àquilo, para além dos oito euros faciais. O problema é com as moedas cunhadas em prata corrente, que foram feitas para circular. No



BRUNO FERREIRA/AP



gante" e revelou que tinha "um acordo com o BdP para a venda deste activo, que está avaliado em 40 milhões de euros". Com a nacionalização, o acordo ficou suspenso. E a única alteração foi a recolha das moedas dos cofres do

BPN, juntamente com a colecção de quadros do Miró (avaliada em 80 milhões de euros), e a sua passagem para os cofres da CGD. Uma operação que exigiu o emprego de uma meia dúzia de camiões TIR.

Entretanto, ao que apurou o DN, a equipa que está a gerir a nacionalização do BPN ainda não tomou qualquer decisão sobre o destino das moedas. Mas a intenção é recuperar esse acordo com Vítor Cons-

tâncio como forma de ter disponíveis mais 40 milhões de euros para ajudar a resolver os problemas de tesouraria. Contudo, o BdP não pode tomar essa decisão sem a autorização do Governo, já que só o Tesouro tem autoridade para libertar esse dinheiro. O Ministério das Finanças remeteu qualquer comentário sobre este assunto para o BdP.

Fundição é ilegal

Como ninguém parece querer as moedas, o destino mais provável é mesmo a fundição, a única forma de o Tesouro recuperar o montante inicialmente gasto na operação. Mas há dois obstáculos a este desfecho. Por um lado, o preço. Se as Finanças optarem por essa solução, terá de avançar com a operação para depois vender e reutilizar a prata fundida. Nesse caso, o máximo a

moedas que foram dadas como garantia pelo empréstimo ao BPN?

Vai ser difícil fazer alguma coisa de jeito àquilo. Não tem interesse nenhum como espécime numismático para os colecionadores, a não ser a pequena porção que foi cunhada a ouro e a prata *proof*. Essas valem pelo material da cunhagem e, por exemplo, as de prata *proof* com valor facial de oito euros podem chegar a valer 30 euros. O resto das emissões, nem a crise consegue convencer as pessoas a aceitarem-nas. ■ -P.F.E.



Scolari e Figo foram duas das caras associadas ao BPN

que as Finanças podem aspirar é pouco mais de 20 milhões de euros, tendo em conta o preço indicativo dos contratos de futuros da prata. As oscilações em relação a esse valor dependerão da evolução do mercado internacional da matérias-primas-prata.



Mas há outra questão, talvez mais complicada do ponto de vista político. Fundir moedas cunhadas pela Casa da Moeda e patrocinadas pelo Banco de Portugal, no âmbito de uma emissão comemorativa, é ilegal. Para que essa opção seja viável, o Governo terá de assumir o ónus de criar um enquadramento excepcional em termos legislativos, através de um diploma, um despacho ou até mesmo um decreto-lei. A alternativa é, a confirmar-se a passagem das moedas da CGD para o BdP, o armazenamento das moedas nos cofres do banco central sem qualquer desfecho à vista.

Na prática, a "herança" das moedas também é política. O decreto-lei que criou a emissão (ver caixa) é assinado em conjunto por José Luís Arnaut e Manuela Ferreira Leite, então ministra das Finanças e agora principal rosto da oposição ao Governo de José Sócrates, precisamente quem terá, muito provavelmente, de assumir o desfecho deste caso. ■

UMA GIGANTESCA EMISSÃO DE SEIS MOEDAS DE FUTEBOL

Foram cunhadas duas emissões para celebrar "os valores do futebol" e "o espectáculo do futebol"

Uma das características da autorização legislativa da emissão de seis moedas para comemorar o Euro 2004 é a sua dimensão acima do normal. Em simultâneo com a publicação do decreto-lei que regulamenta a operação, é publicado um outro em que o limite de uma emissão sobre os "150 anos do primeiro selo português" foi fixado em 1,75 milhões de euros. No caso das moedas do Euro 2004, esse limite dispara para 12 440 000 euros e por cada moeda. Um factor que, segundo os peritos contactados pelo DN (ver entrevista em baixo), explica a dificuldade do mercado em absorver os cinco milhões de moedas. A emissão está dividida em dois temas: "os valores do futebol", que conta com três moedas ("futebol é festa", "futebol é paixão" e "futebol é desportivismo"); e "o espectáculo do futebol" (com as moedas "a defesa", "o remate" e "o golo"). A legislação fixa, por outro lado, os limites das moedas de maior valor, nomeadamente 30 000 de prata com acabamento brilhante não circulado (BNC), 15 000 de prata com acabamento prova numismática (proof) e 10 000 moedas de ouro com acabamento proof. O resto são moedas de prata corrente. A finalidade da emissão passava por "conferir maior notoriedade" ao Euro, contribuindo para a "sua ampla divulgação, particularmente ao nível internacional". Isto apesar de as moedas terem "curso legal e liberatório apenas em Portugal".

Banco foi escolhido para vender moedas como parceiro do Euro

Futebol. Federação recebeu 50% do diferencial entre custos de produção e valor facial global da emissão de moedas

O Banco Português de Negócios (BPN) foi escolhido para ser a principal instituição responsável pela colocação no mercado das moedas comemorativas do Euro 2004. Um facto que explica a razão por que é que os cerca de cinco milhões de moedas foram envolvidos na nacionalização do banco, este ano, e que decorre da escolha da instituição como parceira da organização portuguesa do Campeonato Europeu de futebol de há quatro anos.

Segundo se pode ler no Decreto-Lei 275/2003, "o Ministério das Finanças coloca à disposição da Federação Portuguesa de Futebol (...) a percentagem remanescente, correspondente a 50% do diferencial entre o valor facial e os correspondentes custos de produção, relativamente às moedas efectivamente colocadas junto do público".

De acordo com o que noticiou, em Setembro, o *Correio da Manhã*, a Federação (FPF) recebeu, por isso, cerca de 25 milhões de euros pagos pela Direcção-Geral do Tesouro. Contactada pelo DN, a FPF não esclareceu este dado. No entanto, o facto de a le-

gislação sublinhar que esse pagamento diz respeito "às moedas efectivamente colocadas junto do público" levanta dúvidas sobre a que título recebeu a FPF os tais 25 milhões de euros, já que a esmagadora maioria da emissão não chegou a sair dos cofres do BPN.

Ao que soube o DN, as seis moedas que integram a emissão comemorativa do Euro 2004 foram distribuídas, durante o evento, a convidados e alguns voluntários que trabalharam para a organização. Uma distribuição que visou, sobretudo, as moedas de maior valor (cunhadas em ouro e prata proof). Contudo, esta fasquia representa cerca de 5% do total da emissão, sendo o restante moedas de prata corrente.

O BPN foi o principal parceiro bancário do Euro 2004. A sede da organização ficou instalada num edifício situado na Av. da República, em Lisboa, propriedade do banco então liderado por José de Oliveira Costa. Duas das maiores referências da selecção nacional de futebol — o capitão Luís Figo e o seleccionador Luiz Felipe Scolari — deram a cara por campanhas publicitárias do banco. E a marca BPN esteve, por várias vezes, associada ao evento. Estas ligações ajudam a compreender como é que o BPN teve participação o exclusivo de uma colocação de moedas de dimensão superior ao habitual. ■ - P.F.E. e A.P.P.



FPF, presidida por Gilberto Madal, terá recebido 25 milhões de euros pelas moedas

Assembleia geral da antiga dona do BPN atrasada por alteração dos pontos de ordem

O encontro dos accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) — decisivo para o futuro da empresa — sofreu um atraso nas primeiras horas devido a propostas de alteração da ordem dos pontos em discussão. Segundo o *Jornal de Negócios Online*, que citou fonte oficial da SLN, os accionistas começaram a assembleia geral (AG) pelo fim, já que aceitaram discutir primeiro o último ponto de ordem: o plano estratégico de reestruturação da sociedade preparado pela equipa de Miguel Cadilhe. Até ao fecho da edição do *DN Bolsa*, não tinha sido conhecida ainda a votação final desse ponto. A proposta de alteração da ordem foi apresentada pela SLN Valor, a maior accionista da sociedade com cerca de 30% do capital.

Antes dessa decisão, a reunião já tinha sido atrasada, segundo a Lusa, por um primeiro requerimento apresentado pelo advogado André Luís Gomes, em representação do accionista cabo-verdiano Banco Privado Internacional (BPI), que pediu a passagem do ponto 8 da ordem de trabalhos para o início. Este advogado também requereu que a AG começasse com o ponto 9, precisamente aquele sobre as opções estra-

tégicas para o grupo. Refira-se que a operação de aumento de capital era o primeiro ponto dos trabalhos.

Na reunião magna de hoje, onde está presente ou representado 86,6% do capital com direito de voto, os accionistas vão, no fundo, discutir o futuro do grupo, agora já sem o BPN, entretanto nacionalizado. Os accionistas vão ser chamados a decidir se deve ser anulado o aumento de capital de 300 milhões de euros que foi aprovado na última assembleia geral e que se encontra ainda a decorrer. A administração de Miguel Cadilhe pretende anular a operação, uma vez que esta foi decidida numa conjuntura distinta, quando o grupo era ainda proprietário do BPN. E propõem que os accionistas que já tenham participado na primeira tranche da operação, na ordem dos 100 milhões de euros, sejam ressarcidos (ver mais noticiário na pág. 16 do DN). Para tal, a sociedade vai emitir papel comercial no valor de 85 milhões de euros. A SLN detém várias centenas de empresas e emprega cerca de seis mil pessoas em diversos sectores de actividade, desde o agro-alimentar, saúde, cimentos, imobiliário e turismo. ■ P.F.E. com LUSA

ASSEMBLEIA AO RUBRO

Como qualquer assembleia geral que se preze, a reunião dos accionistas da SLN atrasou-se face ao previsto. Num encontro muito concorrido - esteve presente mais de 86% do capital - à hora do jantar haviam sido votados apenas dois dos nove pontos da ordem de trabalhos. A polémica sentiu-se sobretudo aquando da apresentação de Miguel Cadilhe sobre o plano estratégico, com alguns accionistas a pedirem mais informação sobre os activos a alienar e o ponto de situação do processo. Ainda assim, na altura de votar, ambos os pontos foram aprovados: o plano estratégico para o futuro da SLN e a transformação do aumento de capital numa emissão obrigacionista.



SLN concentra-se na Saúde e

PLANO ESTRATÉGICO DE CADILHE foi ontem aprovado em AG. Aumento de capital da "Operação Cabaz"

Sandra Almeida Simões
ssimoes@economicasgpps.com

A assembleia registou forte afluência, com mais de 86% do capital representado.

Miguel Cadilhe recebeu ontem novo voto de confiança dos accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). As opções estratégicas do grupo pós nacionalização do BPN foram aprovadas em assembleia-geral. As áreas de saúde e o petróleo serão a partir de agora os principais focos de actuação da holding, outrora um "império" que tinha na banca - através do BPN - o seu principal activo. As opções estratégicas representavam o ponto nove, e último, da ordem de trabalhos da Assembleia-geral. No entanto, este acabou por ser o primeiro ponto debatido, em resultado de um requerimento interposto pela SLN Valor, detentora de 31% do capital social da SLN SGPS.

O antigo ministro das Finanças fez o diagnóstico do grupo e avançou com propostas estratégicas para o grupo. Uma apresentação que suscitou várias dúvidas aos accionistas e que acabou por estar em discussão durante mais de duas horas. O presidente da SLN enumerou as áreas consideradas estratégicas para o grupo e os sectores a alienar, incluindo pequenas unidades a fechar. O Grupo Português de Saúde mantém-se, assim, como uma das principais apostas da holding. "A saúde é uma das áreas com mais massa crítica e que se acredita que origine grande rentabilidade", afirmou fonte da SLN. Por outro lado, é também a nível internacional que se cai outra das prioridades da SLN. Aqui, a empresa ACR, concessão e exploração petrolífera em Angola,

ganha forte destaque. "Acredita-se no potencial de exploração de petróleo em Angola. Iniciou-se recentemente a exploração, pelo que não faz sentido alienar", justificou a mesma fonte. Sem grandes novidades face ao já anteriormente anunciado por Cadilhe, o

plano ontem apresentado aos accionistas prevê a venda de "pequenas unidades que estejam a pesar nas contas do grupo". Mantém-se igualmente o processo de alienação da CNE Cimentos, tal como as empresas de vinhos e novas tecnologias, que já está a decorrer.

Operação Cabaz transformada em empréstimo obrigacionista
Por volta das 20 horas iniciou-se a discussão em torno da validade e subsistência das deliberações do conselho de administração de 30 de Junho, 4 de Julho e 12 de Agosto, relativas ao aumento de capital e à venda de acções próprias, a que se

OS PRINCIPAIS PONTOS POLÉMICOS DA AG

- 1 | Processos contra administradores**
Um dos últimos pontos da AG da SLN dizia respeito à interposição de acções judiciais contra as antigas administrações de Oliveira Costa e Abdool Vakil, que exerceram funções antes da actual administração liderada por Miguel Cadilhe.
- 2 | Opções pós-nacionalização do BPN**
O último ponto da AG da SLN incidia sobre as opções estratégicas a serem tomadas pelo Grupo SLN após a nacionalização do BPN, proposta pelo Governo no passado dia 2 de Novembro, naquela que foi a primeira nacionalização desde o 25 de Abril.
- 3 | Anulação da 'Operação Cabaz'**
Estava prevista a anulação do aumento de capital e a venda de acções próprias - 'Operação Cabaz' - mas um aditamento da SLN Valor alterou esta proposta, tendo sido aprovada a realização de um empréstimo obrigacionista com o prazo de sete anos.



Paulo Alexandre Coelho

Auditoria fixa perdas do BPN em 950 milhões

A sociedade propôs ainda processar antiga administração.

Marta Marques Silva
mmsilva@economicasgpps.com

Foi oficialmente conhecido o valor real das imparidades e perdas detectadas no Banco Português de Negócios (BPN), após a conclusão das auditorias mandadas realizar pela actual administração da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Cifram-se em 950 milhões de euros, 200 milhões na área não financeira e mais de 740 milhões no BPN e nas suas subsidiárias, onde se inclui o Banco Insular. Os primeiros números avançados rondavam os 700 milhões de euros, mas chegou a especular-se sobre a possibilidade de atingirem o dobro desse valor. Num dos pontos da Assembleia Geral (AG) da SLN realizada ontem, a sociedade referia que essas imparidades eram do seu desconhecimento, uma vez que "as operações e os factos de onde emergem terem sido ocultados ou não devidamente relevados nas suas contas e nos seus registos contabilísticos". No mesmo ponto, e por recomendação dos auditores, a actual administração propôs aos accionistas a interposição de processos judiciais contra antigos membros dos órgãos de gestão e fiscalização da SLN, que exerceram funções até Junho de 2008, para que sejam considerados "responsáveis por omissões ou ac-

tos ilícitos danosos". À hora de fecho desta edição, este ponto não havia ainda sido votado. Segundo o mesmo documento, as perdas e imparidades em questão ocorreram desde 2001, com grande parte das mesmas associadas a operações realizadas em balcões virtuais do Banco Insular de Cabo Verde. Na reunião magna de ontem estavam representados 86,6% do capital com direito de voto, com os accionistas a serem chama-

Administração de Cadilhe propõe processo judicial por omissões ou actos ilícitos danosos

dos também a discutir o futuro do grupo, agora já sem o BPN, entretanto nacionalizado. Em cima da mesa está a decisão de anular o aumento de capital de 300 milhões de euros, que havia sido aprovado na última AG. A administração de Miguel Cadilhe pretende anular essa operação, uma vez que esta foi decidida numa conjuntura distinta, quando o grupo era ainda proprietário do BPN. ■

no Petróleo

será transformado num empréstimo obrigacionista a sete anos.

designou Operação Cabaz. Mais de seis horas depois do início dos trabalhos, a anulação da Operação Cabaz foi aprovada com 93,49% dos votos do capital social representado. No entanto, a proposta inicial da SLN Valor sofreu um aditamento no que se refere à devolução da tranche de 100 milhões de euros já injectada pelos accionistas na holding. "A devolução será efectuada mediante a transformação dos 100 milhões num empréstimo obrigacionista, com um prazo máximo de sete anos, com condições, tal como a taxa de juro anual, ainda a definir". Para além disso, em consequência da aprovação da anulação da Operação Cabaz, os accionistas que participaram foram desonerados da obrigação de realização do remanescente do capital social subscrito e do preço

A transformação do aumento de capital em empréstimo obrigacionista é uma forma de remunerar os investidores.

de aquisições das acções próprias. Recorde-se que o aumento de capital, no valor de 300 milhões de euros, deveria ocorrer em três tranches iguais, pelo que com a resolução de ontem evita-se que os accionistas tenham de investir os restantes 200 milhões de euros. A transformação em empréstimo obrigacionista foi, assim, uma solução encontrada para ressarcir os investidores, até porque neste momento a holding não teria recursos financeiros para efectuar a devolução imediata dos montantes investidos pelos accionistas.

A data em que o aumento de capital foi aprovado, Miguel Cadilhe ignorava "pura e simplesmente a real

situação da sociedade por não dispor, nem ter ao seu alcance informação correcta, nem sendo possível conceber ou imaginar que houvesse uma tal monstruosa incidência de imparidades". A hora de fecho desta edição, tudo corria de feição ao presidente da SLN, com os dois pontos votados a serem aprovados. Isto apesar de algum desconforto e sentimento de desconfiança por parte dos accionista, sobretudo, os mais pequenos. Ainda com cinco pontos por votar, as atenções recaem na interposição de acções judiciais contra os membros dos órgãos sociais que exerceram funções em data anterior a 20 de Junho, o ponto número oito. As expectativas indicam que também esta deliberação reúna consenso por parte dos accionistas. ■

José Oliveira Costa
Antigo presidente do BPN e da SLN





Miguel Cadilhe | O plano estratégico que apresentou para a Sociedade Lusa de Negócios (SLN) foi aprovado por 92,6% dos accionistas.

ASSEMBLEIA GERAL

Accionistas dão “luz verde” a Cadilhe para investir na Saúde

Plano estratégico da SLN foi aprovado com 92,6% dos votos

Maria João Gago
mjgago@mediafin.pt

Os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) deram ontem “luz verde” à administração liderada por Miguel Cadilhe para concentrar a actividade da “holding” no negócio da Saúde, tal como o gestor propunha no plano estratégico da SLN, desenhado na sequência da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN), que antes era o principal activo deste universo de empresas. As orientações estratégicas foram aprovadas com 92,6% dos votos expressos na assembleia geral da SLN, que ontem ainda decorria à hora de fecho desta edição.

A recentragem no negócio da saúde deverá implicar a entrada de um parceiro estratégico no Grupo Português de Saúde (GPS), através da venda de uma participação minoritária a uma entidade com experiência no sector. Relativamente aos restantes negócios, o plano de Cadilhe prevê a sua alienação, destinando a receita das vendas à redução de passivos.

Esta opção já tinha merecido o apoio do conselho superior do grupo, que representa mais de 50% do capital da SLN, na reunião que teve lugar a 3 de Dezembro último. Nesse encontro, os principais accionistas manifestaram-se ainda favoráveis a que seja tentado o “turnaround” só a parte do grupo.

Ao início da noite de ontem, era expectável que os investidores da SLN aprovassem a proposta de anulação do aumento de capital e da venda de acções próprias realizadas no Verão. O objectivo desta deliberação é permitir que os accionistas da SLN recuperem os 100 milhões de euros que injectaram na “holding” e evitar que tenham que investir os restantes 200 milhões que deveriam ser entregues em duas tranches posteriores.

A anulação do aumento de capital do grupo liderado por Miguel Cadilhe foi proposta pela SLN Valor, que tem 31% do capital. Se a maioria dos accionistas tiver apoiado esta medida, os investidores ficarão credores da SLN, uma vez que, neste momento, a sociedade não dis-

põe de recursos financeiros para devolver aqueles fundos. Até porque a quase totalidade dos recursos foi aplicada num aumento de capital do BPN, no valor de 80 milhões de euros, e que, pelo menos no imediato, não é possível recuperar, porque a instituição foi nacionalizada.

A própria proposta da SLN Valor admite que o reembolso do dinheiro seja feito de forma “diferida”, tendo em conta a real situação da “holding”. Recorde-se que o grupo tem em curso um programa de alienação de activos, pelo que a devolução dos recursos injectados pelos accionistas poderá ser feita à medida que se forem concretizando aqueles negócios. Na assembleia de ontem, os accionistas terão sido colocados a par dos últimos desenvolvimentos neste processo de venda de activos, que já levou à aprovação de sete operações de alienação, a concretizar em breve.

Os investidores da SLN tinham ainda de avaliar a realização de uma operação harmónica, incluindo uma redução de capital destinada a compensar os prejuízos do grupo.



Após a nacionalização do BPN, a SLN vai concentrar-se no negócio da Saúde e irá vender as restantes empresas do grupo.

A recentragem no negócio da Saúde deverá implicar a entrada de um parceiro estratégico no capital do Grupo Português de Saúde.

AG debate acções contra ex-gestores, Estado e BdP

➔ Ontem, à hora de fecho desta edição, a assembleia geral (AG) da SLN decorria há cerca de cinco horas. A reunião ter-se-á prolongado pela noite dentro, com os accionistas a debruçarem-se sobre a possibilidade de o grupo avançar com processos judiciais contra antigos gestores da “holding”, contra o Estado e contra o próprio Banco de Portugal (BdP). Relativamente a antigos membros da administração da SLN, então liderada por José de Oliveira Costa, o objectivo do grupo é ser compensado financeiramente pelos responsáveis por diversas irregularidades

que causaram à “holding” prejuízos superiores a 900 milhões de euros. Os accionistas da SLN amitem também processar o Estado, alegando a inconstitucionalidade do critério de fixação da indemnização pela nacionalização do BPN. A lei diz que a compensação deve ter em conta o valor patrimonial do banco, mas a SLN defende a regra do justo valor. O BdP também poderá vir a ser visado por um processo da SLN que, como o Negócios noticiou ontem, tem pareceres jurídicos defendendo que houve falha da supervisão no caso BPN.

Ontem, à hora de fecho desta edição, os accionistas ainda não tinham aprovado a anulação do aumento de capital e da venda de acções próprias realizadas no Verão.



Editorial Paulo Ferreira

Os ajustes de contas partidários e os outros

A crise é de excepção. As intervenções na banca são de excepção. Só a prestação de contas não é de excepção.

Sabe-se há muito que pode haver bancos saudáveis em economias subdesenvolvidas ou em crise mas que o contrário não é verdadeiro: não há economias prósperas com bancos falidos.

É verdade que os bancos não estão, na sua grande maioria, falidos. Mas a confiança com que olhamos hoje para o sector financeiro é uma sombra daquilo que já foi e o ano de 2008 vai ficar assinalado a negro na história económica e financeira.

Casos de polícia, erros de gestão ao longo de anos, falências, nacionalizações, intervenções *in extremis* e falhanços dos reguladores, temos assistido a tudo a uma escala sem precedentes e em países insuspeitos. Portugal, como sabemos, não está a ser uma excepção neste panorama generalizado que tem no caso Madoff o último capítulo conhecido.

O resultado de tudo isto é a falta de confiança, a baixa capitalização das instituições e a anemia do mercado do crédito. É como se o sistema circulatório de um corpo tivesse parado quase por completo, comprometendo a chegada de oxigénio aos órgãos vitais.

Conceda-se então como regra que, neste cenário de estado de sítio, a intervenção dos governos pretende evitar males maiores.

Mas, no caso português, essa nobre intenção não pode levar-nos a fazer tábua rasa das boas regras

da transparência, da vigilância dos negócios do Estado e da salutar prestação de contas.

Nos últimos meses, o Estado nacionalizou um banco (o BPN) com insuficiências de capital que ainda se desconhecem mas que deverão facilmente ascender a 1000 milhões de euros; patrocinou com garantias de 450 milhões a salvação de outro (BPP); injectou quase 2000 milhões de euros num banco público (a CGD); e está a conceder avales aos bancos que o solicitem e que preencham as regras fixadas no pacote de 20 mil milhões.

É muito dinheiro, demasiado dinheiro dos contribuintes. Se a situação é de excepção e merece medidas de excepção, não se entende porque não se criam paralelamente mecanismos também excepcionais para verificar se todos esses milhões estão a ser bem ou mal empregues.

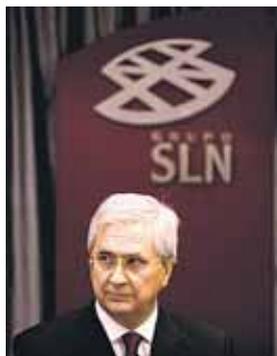
É verdade que vamos ter no Parlamento uma comissão de inquérito ao caso BPN. Mas esse é um exercício que vai servir, como sempre, para partidizar uma questão de Estado. Ninguém é suficientemente ingénuo para esperar dali conclusões sérias e fundamentadas sobre o que se passou que levou o banco à ruína e o seu ex-presidente à prisão. E mesmo o falhanço da supervisão bancária não deverá sair mais esclarecido do que já está no final dos trabalhos. A

este propósito, registre-se o abismo que separa o Banco de Portugal da Securities and Exchange Commission, que regula o mercado de capitais norte-americano. Por cá, a primeira preocupação de Vítor Constâncio foi a desculpabilização da supervisão bancária, afirmando que não é polícia. Lá, Christopher Cox, presidente da SEC, demorou apenas uns dias a reconhecer que falhou na investigação de “denúncias credíveis e específicas”, que existiam pelo menos desde 1999 sobre o grupo Madoff. É também por estas coisas que há países mais desenvolvidos e competitivos do que outros.

O ajuste de contas político-partidário dos casos bancários está, por isso, garantido. Mas essas são as contas que menos importa ajustar e verificar.

O custo da nacionalização do BPN está longe de estar quantificado, os sucessivos aumentos de capital da CGD (verbas que ficam convenientemente fora na contabilização do défice público) são feitos sem qualquer justificação pública, a intervenção no BPP foi feita depois de o Governo e o Banco de Portugal terem sugerido que não a fariam e os benefícios económicos dos avales aos bancos são colocados em dúvida pelo próprio Governo.

Em nome da transparência e da boa gestão de dinheiros públicos, todos estes milhões deviam ter um acompanhamento independente, permanente e tão público e rápido quanto possível. Há vontade para isso?

**Miguel Cadilhe**

Auditoria às contas revela 950 milhões de perdas na SLN

● As auditorias mandadas realizar pela actual administração da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), liderada por Miguel Cadilhe, detectaram imparidades e perdas superiores a 950 milhões de euros, ocultadas ou omitidas pelos anteriores responsáveis, segundo informação disponibilizada ontem aos accionistas reunidos em assembleia geral.

As auditorias às contas mandadas realizar pela administração liderada por Miguel Cadilhe revelam perdas e imparidades de 200 milhões na área não financeira e mais de 740 no Banco Português de Negócios (BPN) e nas suas subsidiárias, onde se inclui o Banco Insular.

“Essas imparidades eram desconhecidas da sociedade por as operações e os factos de onde emergem terem sido ou ocultados ou não devidamente relevados nas suas contas e nos seus registos contabilísticos só tendo passado a ser do conhecimento da sociedade após aquelas auditorias”, refere o ponto oito da ordem de trabalhos da AG, que ainda decorria ontem, à hora de fecho desta edição, num hotel em Lisboa.

Na assembleia, os accionistas aprovaram o plano estratégico apresentado pela administração liderada por Miguel Cadilhe. O ponto nove da ordem de trabalhos da assembleia foi aprovado com 94 por cento do capital representado, sendo desta forma aprovado o plano de Miguel Cadilhe para o futuro do grupo, que até recentemente era proprietário do Banco Português de Negócios.

O plano da administração passa por centrar a actividade do grupo no negócio da saúde (Grupo Português de Saúde), bem como em outras operações rentáveis. Neste contexto, a SLN vai alienar os negócios dos seguros, dos cimentos e agro-alimentar (onde detém as Caves da Murganheira e a Raposeira), entre outros.

A ordem de trabalhos previa, também, que fosse discutida e votada uma proposta para anular o aumento de capital que foi decidido antes da nacionalização do BPN e que assim deixou de ter sentido. O aumento de capital previsto, no valor de 300 milhões de euros, foi aprovado na última assembleia geral e encontra-se ainda a decorrer.